



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2022.

Ementa: Sustentação Oral. Necessidade de medidas para preservar a importância da prerrogativa. Compartilhamento de minutas de votos via sistema eletrônico interno dos tribunais, com realização de debates e observações pelos membros do colegiado **previamente à sessão de julgamento. Deliberações que ocorrem fora dos autos, não sendo disponibilizadas aos advogados.** Resultado, se não consolidado, ao menos já encaminhado antes da sustentação oral, cujo teor apenas o advogado na tribuna desconhece. Sistemática que viola os princípios do contraditório, da ampla defesa e da publicidade do julgamento. Proposta de disponibilização da minuta de voto e da deliberação entre os membros do colegiado nos autos, antes da sustentação oral.

Palavras-chave: Sustentação oral, sessão de julgamento, publicidade do julgamento, contraditório, ampla defesa.

Excelentíssimo Senhor Sydney Sanches, Presidente do  
Instituto dos Advogados Brasileiros,

**Carlos Eduardo Machado**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 46.403, 1º Vice-Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, vem oferecer a presente **indicação** em razão da seguinte questão concernente à comum



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

prática de disponibilização de “pré-votos” em órgãos colegiados e como isso afeta a eficácia da prerrogativa de realização de sustentação oral em julgamento colegiado, ferindo inúmeros preceitos constitucionais.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Como se sabe, a sustentação oral é prerrogativa profissional do advogado, ato fundamental para defesa dos interesses da parte que representa. Trata-se de *"prerrogativa de essencial importância, cuja frustração afeta o princípio constitucional da amplitude de defesa"* (STJ, 6ª Turma, HC 364.512-RJ, relator ministro Rogério Schietti Cruz, DJe 06/2/2017).

Sua importância é inquestionável, tanto que diversos julgamentos foram e são anulados devido à falta de intimação do advogado para realizá-la. Por exemplo:

*"(...) 1. Diante da inobservância de pedido de julgamento do recurso de agravo em sessão presencial, para a realização de sustentação oral, mostra-se necessário anular o julgamento proferido pela colenda Primeira Turma. 2. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para sanar erro material e e anular o julgamento virtual do agravo interno interposto contra a decisão denegou este Mandado de Segurança. Determinado, ainda, a inclusão do recurso de agravo na pauta da sessão presencial da colenda Primeira Turma."*

*(MS 36139 AgR-ED, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 13/09/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-209 DIVULG 24-09-2019*



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*PUBLIC 25-09-2019)*

Em sua redação original, a Lei nº 8.906, no seu art. 7º, inciso IX, previa ser direito do advogado “sustentar oralmente as razões de qualquer



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*recurso ou processo, nas sessões de julgamento, **após o voto do relator**, em instância judicial ou administrativa, pelo prazo de quinze minutos, salvo se prazo maior for concedido" (grifos nossos).*

Seria o mesmo rito seguido nos procedimentos disciplinares da Ordem dos Advogados do Brasil. Como dispõe o art. 60 do Código de Ética e Disciplina em seu §4º, a sustentação oral ocorre após o voto do relator, assim oportunizando às partes impugnar pontos dos quais discordam ou reforçar questões às quais, na sua visão, não foi dada a devida atenção:

*"Art. 60 (...) §4º Na sessão de julgamento, **após o voto do relator**, é facultada a sustentação oral pelo tempo de 15 (quinze) minutos, primeiro pelo representante e, em seguida, pelo representado." (grifos nossos)*

Entretanto, em 1994, com a concessão da medida liminar na ADI 1105/DF pelo plenário do Supremo Tribunal Federal por maioria de votos, a eficácia da supracitada norma da Lei nº 8.906 foi suspensa, por supostamente interferir na independência do Poder Judiciário.

Conforme trecho da ementa do julgamento:

*"(...) O ato do julgamento é o momento culminante da ação jurisdicional do Poder Judiciário e há de ser*



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*regulado em seu regimento interno, com exclusão de interferência dos demais Poderes. A questão está em saber se o legislador se conteve nos limites que a Constituição lhe traçou ou se o Judiciário se manteve*



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*nas raias por ela traçadas, para resguardo de sua autonomia. Necessidade do exame em face do caso concreto. A lei que interferisse na ordem do julgamento violaria a independência do judiciário e sua conseqüente autonomia. Aos tribunais compete elaborar seus regimentos internos, e neles dispor acerca de seu funcionamento e da ordem de seus serviços. (...)”*

(ADI 1105 MC, Relator(a): PAULO BROSSARD, Tribunal Pleno, julgado em 03/08/1994, DJ 27-04-2001 PP-00057 EMENT VOL-02028-02 PP-00208)

Alguns ministros, como por exemplo Francisco Rezek, manifestaram também o receio da norma criar “*um contraditório a se estabelecer oralmente com o magistrado*”, assim violando o princípio do contraditório, em sua visão estabelecido somente entre as partes.

Ainda na visão do citado ministro, a sustentação oral após o voto do relator se trataria, na prática, de uma espécie de “*quase-recurso*”:

*“Quando se deseja que a intervenção do advogado, na defesa de um dos litigantes, venha a produzir-se oralmente depois do voto do relator, o que se está a fomentar é mais uma forma variante de recurso. As*



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*estatísticas comprovam-no: o voto do relator é na maioria dos casos a decisão, acaso modificada após o debate.*





*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*O que se estaria a instituir é uma hipótese extravagante de quase-recurso (...)."*

Quando enfim, em 2006, restou julgado o mérito da ADI 1105/DF, o foco deslocou-se de uma suposta violação à autonomia dos tribunais para uma alegada afronta ao princípio do contraditório, tal como doze anos antes sustentara o ministro Francisco Rezek.

Nesse ponto, confira-se a sintética ementa do acórdão do julgamento do mérito, ficando para segundo plano a questão dos regimentos dos tribunais e abordando a controvérsia especialmente sob o ângulo de violação ao devido processo legal e ao contraditório:

*"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 7º, IX, DA LEI 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994. ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. SUSTENTAÇÃO ORAL PELO ADVOGADO APÓS O VOTO DO RELATOR. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE. I - A sustentação oral pelo advogado, após o voto do Relator, afronta o devido processo legal, além de poder causar tumulto processual, uma vez que o contraditório se estabelece entre as partes. II - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para*



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*declarar a inconstitucionalidade do art. 7º, IX, da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994."*

(ADI 1105, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/  
Acórdão: RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno,



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

julgado em 17/05/2006, DJe-100 DIVULG 02-06-2010  
PUBLIC 04-06-2010 EMENT VOL-02404-01 PP-00011  
RDECTRAB v. 17, n. 191, 2010, p. 273-289 RDDP n. 89,  
2010, p. 172-180)

Em seu voto, o relator do acórdão, ministro Ricardo Lewandowski, destacou que no seu entender a sustentação oral deveria ocorrer antes da prestação jurisdicional, não depois:

*"Em primeiro lugar, estou convencido, também que o contraditório se estabelece entre as partes. Caso se estabeleça com o relator, isso poderá causar uma inversão tumultuária do procedimento.*

*Em segundo lugar, vejo nesse dispositivo, tal como está redigido, uma certa contradição até de ordem lógica, porque sustentar oralmente as razões de qualquer recurso pressupõe que essa sustentação se faça antes da oferta da prestação jurisdicional. Não me parece que haja sentido fazer-se uma sustentação após ofertada a prestação jurisdicional."*

Por sua vez, o ministro Joaquim Barbosa, acompanhando a maioria, alertou que nas cortes constitucionais por ele consideradas as *"mais prestigiosas do planeta"* as deliberações entre seus membros ocorrem em



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

sessão secreta, após a sustentação oral:

*“Relembro, ainda, aos ilustres colegas, um fato que demonstra a natureza bizarra dessa norma atacada*



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*e o absurdo nela contido: perante as cortes constitucionais e supremas mais prestigiosas do planeta, o advogado não tem acesso sequer às discussões, ou seja, à deliberação. Uma vez ultimadas as sustentações orais perante essas cortes, seus respectivos membros recolhem-se em sessão secreta e tomam as decisões."*

Hoje, mais de década depois, em 2022, parece que muitos dos receios e desejos expressados pelos ministros se concretizaram – não por haver sustentação oral antes do voto do relator, possibilidade rechaçada pelo julgamento da ADI 1105/DF, mas por razões diversas, justamente aquelas que motivam a presente indicação.

Atualmente, muitas vezes a sustentação oral já é uma espécie de recurso, tal como temia o ministro Francisco Rezek, contra julgamento em verdade já iniciado e praticamente finalizado entre os membros do colegiado, cujo resultado – e como se chegou a ele – apenas o advogado na tribuna desconhece. Ou seja, um recurso às cegas.

Não raro a sustentação ocorre, na realidade, após a prestação jurisdicional, como em 2006 receava o ministro Ricardo Lewandowski, sendo a sessão somente a cerimônia de divulgação da conclusão a que já chegaram os julgadores.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Recorrentemente, a decisão é tomada por detrás de portas fechadas, de forma similar àquela que o ministro Joaquim Barbosa afirmara ocorrer apenas em algumas cortes estrangeiras, só que



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

anteriormente à sustentação oral, antes ainda do presidente da sessão de julgamento declará-la aberta.

Isso porque, embora não seja nenhuma novidade o compartilhamento de votos entre os magistrados previamente à sessão na qual o processo será julgado, o desenvolvimento tecnológico **conduziu à implementação de sistemas pelos tribunais permitindo não apenas a disponibilização antecipada de votos, como ainda deliberação prévia, indicação de divergência e até mesmo reversão do entendimento do relator, tudo isso antes da sessão de julgamento.**

Agrava a situação o fato de toda essa deliberação entre os membros do órgão colegiado ocorrer sem qualquer transparência e fora dos autos do processo, não sendo a eles juntada nem antes, nem após a sessão onde o destino do caso, já selado anteriormente por detrás de portas fechadas, é meramente tornado público.

A existência desses sistemas, de debate e julgamento **fora dos autos**, revela-se clara seja a partir de manifestações de magistrados em sessões, seja em declarações públicas.

Logo após assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, o ministro Dias Toffoli defendeu abertamente um sistema eletrônico de compartilhamento de votos antes das sessões de modo a facilitar a



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

"concordância prévia" entre os ministros:

*"Novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF),  
Dias Toffoli anunciou, nesta segunda-feira (17/9), uma*





*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

espécie de choque de gestão para tentar agilizar os julgamentos na Corte. As medidas vão desde ampliação do plenário virtual, **a criação de uma ferramenta para troca de votos entre os ministros antes das sessões** até a instituição de filtros para análise de repercussão geral e de recursos extraordinários.

(...) O ministro afirmou ainda **que vai trabalhar para viabilizar uma ferramenta eletrônica que permita aos integrantes do Supremo trocarem os votos antes dos julgamentos.**

**'Aquilo que fazemos hoje em envelope, nós fazemos isso em um sistema seguro em que os colegas compartilham o voto em um grupo fechado. Tenho observado que isso tem agilizado a possibilidade de andamento dos feitos no plenário e leva a possibilidade de concordância prévia', disse.**" (grifos nossos)

A respectiva matéria está disponível em <https://anajustrafederal.org.br/noticias/acontece-nos-tribunais/2020/12/90058-toffoli-quer-ampliar-julgamentos-em-plenario-virtual-e-troca-de-votos.html>.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Já no Superior Tribunal de Justiça, o sistema de compartilhamento de votos e deliberação prévia de decisões foi descrito pelo ministro Ribeiro Dantas em recente entrevista concedida ao portal *Consultor*



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*Jurídico*, ao comentar sobre a afetação dos processos ao sistema de recursos repetitivos.

Segue abaixo o trecho relevante:

*"E também pela questão das afetações. Nós nos adaptamos a esse sistema, que eu acho muito bom: toda vez que temos alguma coisa que pode discrepar do que se fez antes ou, quando há uma percepção de que o entendimento das turmas pode ser a hora de mudar, nós levamos para a seção. Quando um ministro traz uma novidade, ele mesmo, ao colocar no sistema, faz um autodestaque, ou seja, chama a atenção dos colegas para aquele processo, não porque haja algum problema nem nada, **mas porque está incluindo algum fator decisório novo que talvez não seja exatamente na linha do que era feito antes**. E isso é interessante, primeiro porque é uma honestidade intelectual da parte de quem leva o argumento. **E também paravocê ver se seria voto vencido**, ou melhorar um argumento. **Então esse uso mais intensivo dos sistemas eletrônicos ele acaba fazendo com que haja uma maior harmonização.**" (grifos nossos)*



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

A entrevista pode ser acessada na íntegra através do *link*  
<https://www.conjur.com.br/2022-jun-05/entrevista-ribeiro-dantas-ministro-stj>.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Pelo trecho acima, é possível depreender seis fatos: **1)** existe um sistema eletrônico onde o relator disponibiliza seu voto aos demais antes da sessão de julgamento; **2)** o próprio relator já indica por meio da função de “autodestaque” se contrariará a jurisprudência do órgão colegiado, isto é, se o caso merece especial atenção dos demais ministros; **3)** *a contrario sensu*, se não for feito o “autodestaque”, o ministro consequentemente está sinalizando aos colegas que seu voto seguirá a jurisprudência e, portanto, não merece especial atenção; **4)** a partir desse sistema, o relator já descobre se “*seria voto vencido*” – em outras palavras, já sabe a partir de observações inseridas pelos ministros quais deles pretendem acompanhar ou divergir de seu voto e por quais razões; **5)** com essa informação, o relator pode “*melhorar um argumento*”, ou seja, modificar seu voto – e se pode modificá-lo, é possível que possa também revertê-lo, de modo a conformá-lo com o entendimento majoritário; e **6)** o “*uso mais intensivo*” desse sistema está levando a uma “*maior harmonização*”, leia-se, diminuição das divergências de entendimento entre ministros nas sessões de julgamento, uma vez que o debate já se encontra finalizado.

Esse sistema não se limita aos recursos objeto de afetação.

Por exemplo, em 19 de abril do corrente ano, na sessão realizada naquela data pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, a existência de um sistema de deliberação prévia paralela aos autos e à própria sessão ficou evidente em diversas manifestações dos ministros.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

A gravação da sessão está disponível no *link*  
[https://www.youtube.com/watch?v=JgeTCyWGWj0&ab\\_channel=SuperiorTribunaldeJusti%C3%A7a%28STJ%29](https://www.youtube.com/watch?v=JgeTCyWGWj0&ab_channel=SuperiorTribunaldeJusti%C3%A7a%28STJ%29).



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Logo no primeiro processo julgado, o AgRg no AREsp 2.043.349/MS, a ministra Laurita Vaz finalizou a leitura de seu voto seguida da observação quanto à ausência de indicação “destaque” no sistema pelos demais membros da turma.

Sequer foi necessária a coleta de votos para a relatora saber que havia sido acompanhada por unanimidade:

***“Laurita Vaz: Ante o exposto, eu nego provimento ao agravo regimental. E verifico que este agravo não mereceu nenhum destaque dos eminentes pares, então fica proclamado este resultado.”*** (18:08-18:29 do vídeo da sessão)

O processo seguinte, o AgRg no RHC 147.979/SP, seguiu o mesmíssimo destino:

***“Laurita Vaz: Com essas considerações, eminentes pares, eu estou negando provimento ao agravo regimental. É como estou votando. **Eu verifiquei, eminentes ministros e advogado que pediu a preferência, que nenhum destaque foi feito em relação ao voto e em relação ao entendimento*****



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**lançado por concluir por negar provimento ao  
recurso ordinário. Então fica proclamado este  
resultado" (22:59-23:40 do vídeo da sessão)**





*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

O mesmo se sucedeu nos processos seguintes, ficando bastante clara a existência de deliberação prévia à sessão entre os ministros, que, entretanto, **não se limitou a julgamentos sem sustentação oral** (tais como eram os julgamentos dos agravos regimentais antes da recente alteração legislativa promovida pela Lei nº 14.365, de 2 de junho de 2022).

No HC 696.405, de relatoria do ministro Rogério Schietti, antes mesmo da sustentação oral do advogado impetrante, a ministra Laurita Vaz, na qualidade de presidente da Turma, assim se manifestou:

***"Laurita Vaz (presidente): Terminamos os processos com preferência, e agora vamos passar às sustentações orais. A primeira no HC 696.405, do Rio Grande do Sul, de relatoria do ministro Rogério Schietti, e eu verifico... o advogado se faz presente? É o doutor? Eu vejo... eu vou passar a palavra ao relator, que pode ajudar a Vossa Excelência. Ministro Rogério Schietti, tem a palavra."*** (56:34-57:33 do vídeo da sessão).

O ministro Rogério Schietti, então, anunciou que estava votando no sentido da concessão da ordem, indagando ao advogado se desejaria ainda assim sustentar. A defesa abriu mão do uso da palavra.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Nos julgamentos subsequentes, HC 729.053 e RHC 109.037, verificou-se igual expediente: a presidente Laurita Vaz observou no sistema o teor voto do relator e a ausência de divergência, oportunizando ao ministro



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

que adiantasse a decisão antes do advogado sustentar, porque favorável aos interesses da defesa.

Também ocorreu o mesmo, em momento posterior da sessão, no julgamento do REsp 1.953.539:

**“Olindo Menezes:** Bom, presidente, o advogado vai sustentar à distância, é isso?

**Laurita Vaz (presidente):** Acho que Vossa Excelência está... o recurso é da defesa, não é? E pelo que vi, Vossa Excelência pode dispensar a sustentação oral. Não há o que...

**Olindo Menezes:** Bom, presidente, eu observei aqui algumas observações dos senhores ministros...

**Laurita Vaz:** Ah, sim.

**Olindo Menezes:** ...na linha do meu voto. Tá, então...

**Laurita Vaz:** Eu também estou acompanhando o voto de Vossa Excelência.

**Olindo Menezes:** Pois é. Então, eu acho que vou ler a ementa se o eminente...

**Laurita Vaz:** Sim.

**Olindo Menezes:** ...se o doutor advogado concordar, pode dispensar a sustentação.” (2:18:08-2:18:46 do vídeo da sessão)



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**"Olindo Menezes (relator):** Então, na conclusão, estou dando provimento aos recursos especiais (...) para



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

*absolvê-los com base no art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal ante a atipicidade da conduta.*

**Laurita Vaz (presidente):** *Sim. O eminente advogado vai ouvir o resultado, dispensa, portanto a sustentação oral e eu vou proclamar o resultado, doutor. Então, recurso especial... são dois recursos, não é? Recursos especiais providos para absolver aqui os recorrentes, nos termos do art. 386, III, do Código de Processo Penal. Decisão unânime."*  
(2:21:10-22:21:59 do vídeo da sessão)

Frise-se: "eu observei aqui algumas observações dos senhores ministros". Antes da sessão começar, o relator já havia disponibilizado sua proposta de voto, os demais ministros já haviam feito comentários e o relator já havia tido acesso a esses comentários. Nem foi necessário à presidente colher os votos dos demais após a finalização do voto do relator para declarar a decisão unânime!

A prática do relator anunciar que votará dando provimento ao recurso da defesa e questionar a necessidade de sustentação oral é praxe nos tribunais, situação por qual quase todos os advogados já passaram ou, ao menos, presenciaram.

Assim, pelo menos nos processos criminais, quando o



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

relator não anuncia que votará com a defesa e não pergunta ao advogado se abrirá mão do uso da palavra, já é possível antever que seu voto será contrário.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Justamente isso o que ocorreu na sessão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça ora dissecada, no HC 704.760:

**"Laurita Vaz (presidente):** Deixa eu ver a situação, o sistema fuge... **Aqui nós precisamos da sustentação oral.**" (2:26:25-2:26:46 do vídeo da sessão)

É praticamente um anúncio de que o voto do relator será contrário à pretensão da defesa! E realmente, como era previsível, realizada a sustentação e passada à palavra ao relator, ministro Olindo Menezes, este votou no sentido da denegação da ordem:

**"Olindo Menezes:** Portanto, peço vênia a Vossa Excelência, mas eu denego o habeas corpus." (2:48:32-2:48:37 do vídeo da sessão)

Os demais ministros acompanharam o voto do relator.

O mesmo anúncio e o mesmo resultado se verificaram ocorreu no HC 691.441:

**"Laurita Vaz (presidente):** Então... a situação... (...) Vossa Excelência dispensa a leitura do relatório, doutor?



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**Advogado:** Com certeza.

**Laurita Vaz:** (...) Vossa Excelência tem a palavra para sustentação oral." (2:51:41-2:52:22 do vídeo da sessão)





*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**"Antônio Saldanha (relator):** Então por conta desses fundamentos, presidente, eu estou denegando a ordem de habeas corpus. É como eu voto.

**Laurita Vaz (presidente):** O eminente relator denega a ordem de habeas corpus, como vota o ministro Olindo Menezes?

**Olindo Menezes:** Eu acompanho o relator, senhora presidente.

**Laurita Vaz:** É, eu também examinei aqui detalhadamente o caso, ministro Antônio Saldanha, e eu estou acompanhando o voto de Vossa Excelência. Como vota o ministro Sebastião Reis?

**Sebastião Reis:** Acompanha, senhora presidente.

**Laurita Vaz:** Ministro Rogério Schietti?

**Rogério Schietti:** Senhora presidente, em que pese a brilhante exposição oral do nobre advogado, eu acompanho o relator pelas razões apresentadas."

(3:00:56-3:01:40 do vídeo da sessão)

Como se vê, analisando apenas uma sessão de julgamento de uma das turmas do Superior Tribunal de Justiça, ficam claros os seguintes fatos: **1)** há um sistema no qual o relator disponibiliza aos seus pares seu voto, ou ao menos uma proposta de voto, antes da sessão de julgamento;



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**2)** nesse sistema os demais membros do colegiado já podem disponibilizar comentários a respeito do voto do relator, indicar que divergirão ou acompanhá-lo, formando-se um consenso prévio à sessão; **3)** todos já estão cientes do teor do voto do relator quando a sessão se inicia, menos as partes



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

e seus patronos; **4)** quando o voto do relator for ao encontro das pretensões da defesa, dispensa-se a realização de sustentação oral; **5)** quando ocorre sustentação oral, é porque as deliberações prévias entre os ministros realizadas no sistema de compartilhamento de voto e observações já se orientam para o indeferimento do pleito.

No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro verifica-se igualmente um sistema de compartilhamento de votos e deliberação prévia à sessão. Trata-se do Sistema de Votação Eletrônica do *eJUD*, no qual o relator pode inserir seu voto e os demais membros do colegiado, por sua vez, podem tecer comentários e observações, apontar dúvidas, controversas, discordâncias etc. Tudo isso antes da sessão e, logo, da exposição oral pelo advogado de suas razões! Para piorar, essa deliberação sequer é juntada aos autos posteriormente.

Assim, **na prática, a sustentação oral tornou-se uma espécie de recurso às cegas contra um consenso já formado, a última chance de alterar um resultado quase já solidificado, mas cujo conteúdo apenas o advogado ainda não tem conhecimento.**

Enfim, na grande maioria dos casos, a sustentação oral tornou-se um ato processual inútil, uma vez que o debate e decisão do colegiado já estão encaminhados, ou mesmo tomados, só sendo desconhecidos pelo advogado. Tornou-se um ato sem sentido, sem a



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

densidade esperada e planejada pela norma que o garante.

Como se sustenta contra uma semi-decisão tomada em deliberação secreta, essa relevante prerrogativa da advocacia perdeu em



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

muito a sua importância e efetividade na formação do convencimento dos membros do colegiado, que na realidade já iniciaram a discussão quanto ao processo antes do derradeiro ato do contraditório.

Não se ignora que o compartilhamento prévio de “pré-votos” e possibilidade de tecer “observações” antes do julgamento em si, sem dúvida alguma, permitiu conferir celeridade às sessões, agilizando a prestação jurisdicional. **Mas a realização dessa deliberação de forma secreta, fora dos autos, ocultando dos advogados o verdadeiro debate colegiado não apenas viola o contraditório e cerceia o direito de defesa, como ainda encontra óbice no princípio da publicidade do julgamento.**

Como se sabe, a Constituição estabelece que “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem” (art. 5º, inciso LX). Ora, o que é esse pré-julgamento, essa deliberação do colegiado realizada por sistemas eletrônicos antes da sessão, se não um ato processual?

**Não** pode, portanto, ser secreto, ocorrer fora dos autos e sem a devida transparência. Inexiste justificativa para restringir o acesso do advogado da parte a esse sistema, ao “pré-voto” do relator e às observações dos demais julgadores.

Pelo contrário, restringí-la implica **em sério cerceamento**



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**de defesa**, uma vez que torna sustentação oral em verdadeiro tiro no escuro contra provável resultado conhecido por todos, menos o advogado.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Implica, também, em violação ao princípio da lealdade processual, que vincula não apenas as partes, como igualmente o órgão julgador. Isso porque a deliberação prévia e secreta torna a sessão de julgamento em apenas uma cerimônia de formalização e anúncio de decisão quase que já tomada pelo colegiado, a qual a sustentação oral, até mesmo por ser às cegas, possui poucas chances de alterar.

A própria Lei Complementar nº 35/1979, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, veda em seu art. 36, inciso III, manifestação **fora dos autos** de opinião por qualquer meio sobre processo pendente de julgamento:

*"Art. 36 (...) III - manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério."*

Mas é justamente isso o que acontece nesses sistemas eletrônicos, nos quais antes do julgamento verdadeiramente se iniciar, **fora dos autos** os magistrados já disponibilizam propostas de voto e expõem observações sobre processos sob relatoria de outros, deliberando secretamente entre si!



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Necessário reconhecer que a implementação desses sistemas dificilmente será revertida. O notório volume de processos que todos os dias chegam aos tribunais impele-os a desenvolverem formas de julgar





*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

cada vez mais rápido, mesmo que às custas da qualidade da prestação jurisdicional.

Porém, isso não significa que o problema ora apresentado não deva ser enfrentado, de forma a restabelecer o rito dos julgamentos aos princípios constitucionais e dignidade da advocacia. E a solução parece simples!

**Basta tornar pública essa deliberação prévia. Permitir que o advogado acompanhe em tempo real o lançamento do “pré-voto” do relator, bem como quaisquer observações e comentários feitos pelos demais membros do colegiado, promovendo sua juntada aos autos do processo.**

Não há, na ordem constitucional brasileira, espaço para deliberações secretas e externas aos autos. A regra aqui é a transparência dos debates. Se há discussão entre os julgadores prévia à sustentação oral e ao próprio julgamento em si, esta deve ser disponibilizada aos advogados das partes, de modo a permitir o exercício da ampla defesa e de um contraditório efetivo.

Trata-se de medida que resgatará a importância da sustentação oral. Conhecendo a proposta de voto e as deliberações prévias, o advogado poderá orientar sua exposição para pontos controversos, em que haja dúvida ou nos quais acredita haver alguma omissão ou equívoco,



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

melhorando a qualidade dos debates nas próprias sessões de julgamento. E, após ouvir a defesa, poderá o relator decidir se manterá o “pré-voto” e seus fundamentos ou se mudará seu posicionamento.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Essa transparência em nada altera a ordem do julgamento. A sustentação ainda ocorreria antes do voto do relator, mas o advogado já sustentaria com ciência daquilo que foi elaborado e debatido antes, assim conferindo maior efetividade ao uso da palavra.

Será medida útil, inclusive, para conferir maior celeridade às sessões de julgamento e desafogar as pautas dos tribunais, uma vez que, caso concorde com a proposta de voto do relator e observações dos demais membros do colegiado, o advogado poderá abrir mão antecipadamente de realizar sustentação oral ou, caso discorde, ao menos poderá fazê-la de forma mais objetiva, centrando-se nos pontos mais relevantes.

## **CONCLUSÃO**

Pelo exposto, requer-se respeitosamente **o recebimento da presente indicação pelo Instituto dos Advogados Brasileiros e seu encaminhamento para análise e pareceres às Comissões de Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Direito Penal, com posterior remessa dos pareceres ao Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, demais Tribunais Superiores e tribunais instalados em todo o país, assim como ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.**

O objetivo é buscar que o sistema de votação eletrônica,



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

as propostas de voto dos relatores, os comentários dos demais julgadores e todas as demais informações que representem deliberação entre os membros do colegiado sejam tornadas públicas para as partes do processo e seus advogados **antes da sessão de julgamento**, permitindo seu



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050*

*Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

acompanhamento em tempo real com posterior juntada aos autos, de modo que a sustentação oral seja efetuada já com conhecimento dessas informações essenciais para o efetivo exercício do direito de defesa.

Respeitosamente,

Carlos Eduardo Machado

**1º Vice-Presidente do IAB**